

POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS AO GARIMPO

Maximiliano Vieira de Toledo Lisboa Ataíde¹
Carlos Eduardo Soares de Freitas²
Marjorie Cseko Nolasco³

RESUMO: *O garimpeiro, na Chapada Diamantina, é a principal figura formadora das aglomerações populacionais, principalmente nos municípios de Mucugê, Lençóis, Palmeiras e Andaraí, este último, recorte geográfico da pesquisa no distrito de Igatu. Por 160 anos, os garimpos diamantíferos foram legitimados pelas estruturas de poder vigentes, sendo as comunidades por conta dele surgidas, como grandes arquipélagos, formando-se a cultura garimpeira que amalgama a Chapada Diamantina, influenciando de forma significativa a sua beleza. Hoje, entretanto, a Chapada se encontra cada vez mais ameaçada pelo turismo predatório e globalizante e pela falta de uma política compensatória para a discussão e criação de alternativas de sustento ao garimpo, depois de sua proibição na área do Parque Nacional, por todas as esferas governamentais, sem levar em conta a necessidade de uma intervenção de cunho Legislativo-Administrativa mais elaborada na região. Nesse novo contexto histórico, a subsistência do garimpeiro e a sustentação da sua família são dificultadas pela ausência de alternativas econômicas locais e sem uma política de compensação diante da proibição do garimpo. Trata-se de um cenário que deprecia a riqueza histórico-cultural do garimpeiro, ao tempo que relega à marginalidade um grupo social de significativa importância histórica na região, dificultando a efetivação do PNCD, quando o Estado e comunidade tradicional deveriam ser parceiras na consecução dos seus fins, principalmente dada a potencialidade turística da região. Dentro desta realidade, é clara a necessidade de uma Política Compensatória ao garimpo como incentivo às atividades que constituem a representação cultural e de relevância ambiental na comunidade, até mesmo porque, se os trabalhadores não têm alternativas de produção, são impelidos a continuar na sua atividade econômica tradicional. Essa Política Compensatória se mostra como instrumento complementar de efetivação do PNCD, para proteção e perpetuação do patrimônio histórico-cultural, o que implica a manutenção da comunidade com sua própria cultura, complementando dessa forma também o instituto do Tombamento e corroborando os arts. 23 e 216, §1º, da CF, onde se determina que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural brasileiro. Assim, através do estudo sócio-histórico-jurídico do garimpeiro e sua relação com as estruturas de poder vigentes, de 1847 a 1985, da análise crítica do instituto do Tombamento, quanto à necessidade de complementação para sua real finalidade, com enfoque no tombamento do patrimônio cultural de Igatu por parte do IPHAN, busca-se a fundamentação para elaboração de Projeto de Lei que institua a Política Compensatória ao Garimpo, comprometendo o Poder Público a incentivar atividades econômicas alternativas. Como sugestão, bastante viável, a criação de cooperativas populares em turismo, artesanato, produção de bebidas e outras que tragam retorno econômico sustentável, preservem a cultura garimpeira e meio ambiente da Chapada, tendo a figura do garimpeiro como mantenedor de sua cultura e história e não criminoso ambiental.*

PALAVRAS- CHAVE: Chapada Diamantina; Garimpo; Política Compensatória

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata, de forma sucinta, da hipótese levantada acerca de intervenção estatal que constitua real possibilidade de efetivar a preservação ambiental buscada pelo Parque

¹ Estudante do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

² Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Orientador

³ Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Co-Orientadora

Nacional da Chapada Diamantina, e histórico-cultural, intentada pelo instituto do tombamento. Esta hipótese busca ser mais lógica e sustentável possível, girando em torno de investimento estatal na articulação da comunidade tradicional local na produção de sua autonomia econômica, alternativa à atividade proibida do garimpo, integrando seus valores históricos e culturais à conseqüente conscientização da necessidade de preservação do espaço natural. Volta-se o estudo para a Chapada Diamantina, mais precisamente em Igatu, distrito de Andaraí, e para o garimpeiro, figura de grande influência na formação do espaço natural em questão. Delineamos, assim, esta abordagem que muito ainda tem a se discutir, produzir, praticar e construir, na nova fase de possibilidades que se inaugura, dentro da Chapada Diamantina com o turismo, e no próprio Brasil, com a evolução dos tempos e das mentes.

O Brasil tem como uma das maiores características a sua grande e bela diversidade cultural, fruto das muitas influências que deram a identidade de cada região deste país. Além da influência étnica, preponderante, as influências relativas às atividades produtivas auxiliaram em muito a formação cultural da população, dos seus costumes, da tradição, da própria geografia e arquitetura dos diversos brasis deste Brasil.

A Chapada Diamantina, dentro desta imensa diversidade, traz toda uma peculiaridade cultural permeada através dos séculos, gerada principalmente por conta do trabalho dos brasileiros - garimpeiros - que procuravam uma pedra especial: o diamante. Descoberto em torno de 1844, quando se iniciaram as primeiras lavras intensivas no rio Mucugezinho, em local hoje pertencente ao município de Mucugê, por gente provavelmente vinda de Minas Gerais, esta pedra preciosa foi o Sol que irradiou calor, vida e riqueza a toda esta região exótica da Bahia. As histórias das cidades surgidas, do seu apogeu à decadência, se confundem com a própria história do diamante, o que se percebe ainda mais quando analisamos seu nome, Chapada Diamantina, podendo também ser denominada pelo ofício que lá preponderou durante muito tempo, a região das lavras.

As Lavras Diamantinas da Bahia não eram compostas somente pelos que lavravam, mas também dos que giravam em torno desta atividade e a ela estavam intimamente dependentes, constituindo a sociedade lavrista. Esta se formou a partir da intensificação em massa da exploração das jazidas diamantíferas. "Como se fossem ilhas, cercadas de extensos terrenos por todos os lados, vão surgindo as povoações por causa do garimpo, constituindo arquipélagos, por vezes." (CATHARINO, 1986, p.49). Estas ilhas, nos dizeres de Catharino, denotam sobretudo o seu isolamento, o que contribuiu consideravelmente no poderio exercido pelo coronelismo da época, formando-se uma sociedade estratificada basicamente em três camadas sociais: a alta, dominadora, a média na sombra da primeira, esmagada pela sua opulência e a baixa, suportando todos os encargos sócio-econômicos.

Numa proporção inversa de desgaste e distribuição de trabalho, a divisão social da sociedade lavrista se dava, na classe alta, pelos coronéis que representaram até o final da década de 1920 a grande força econômica, política, militar, sendo a liderança local e regional. Percebiam os maiores lucros provindos do garimpo de diamantes, lucro este que tornava muitas vezes a existência do resto da população das lavras um cruel jogo de vida ou morte nas disputas de poder. Sobre essa realidade, fala com propriedade (CATHARINO, 1986, p.49-50):

Até a Revolução de 1930, no ápice esteve o coronel todo-poderoso. [...] Foram eles o governo durante muito tempo. Mais que isso, cada um exercia os três poderes: legislavam, julgavam e governavam. Ademais, tinham sua própria força militar, de jagunços, graças aos quais faziam cumprir suas ordens em quaisquer circunstâncias. [...] tinham o domínio e posse, ou apenas posse, dos melhores terrenos diamantíferos na sua zona de influência, e, por via de conseqüência ao quinto. Mais ainda era o seu poderio quando eles próprios

exploravam as jazidas, eram os fornecedores dos garimpeiros e os primeiros compradores das pedras achadas no seu território, exercendo o direito de preferência.

Em Igatu, a realidade do coronelismo foi vivida intensamente, sem haver, entretanto, os sangrentos confrontos por política e poder como ocorriam em Lençóis, como relata M.S.M., garimpeiro de 70 anos, buscando em suas memórias:

Na época dos coronéis, o primeiro coronel daqui foi seu Juca de Carvalho, que não era daqui. Era descendente do exterior, ta mais para português [...]. Seu Aureliano foi depois e era de Riacho de Santana, perto da Lapa do Bom Jesus. Ele veio embora para aqui, chegou aqui e foi em 1914, mas não tenho certeza. Aí Seu Aureliano aqui e Seu Juca gostou dos modos dele e botou ele como jagunço dele, né? Ele era capanga de Seu Juca, de confiança. Então Seu Juca morreu, na Passagem, aí passou a patente para ele. [...] Quando Seu Juca morreu passou para Aureliano de Brito Gondim.

Depois da passagem da Coluna Prestes pela Chapada e a Revolução de 1930, outra figura entrou em plena ascensão social na região das lavras: o grande capangueiro, fornecedor, proprietário e comerciante, tomou aos poucos para si o prestígio e o poder outrora monopolizado pelos coronéis. Nas palavras de (CATHARINO, 1986, p. 50-51):

Os grandes capangueiros empolgaram o poder local na razão inversa do declínio do coronelismo. Passaram como estes, a constituir, de fato, a estrutura do governo com o apoio do estadual. Indicando gente de sua confiança para o exercício de cargos chave, notadamente os de prefeito, delegado de polícia, coletor, tabelião, oficial de registro, escrivão, etc., e até os de promotor, juiz, vigário, sem falar nos eletivos, até o de deputado, graças aos seus currais eleitorais, onde pegavam os votos de cabresto.

A classe média pode se considerar a mais inconsistente das classes, encontrando-se na dependência da mais baixa e à sombra da mais alta, ficando à sua mercê toda a vida, sofrendo restrições humilhantes. Era formada basicamente por familiares de proprietários de terra, decadentes e acomodados, ainda de rendas; comerciantes urbanos e empreiteiros em geral; donos de pequenas manufaturas; capangueiros médios, músicos, artistas, entre outros.

Chega-se agora ao sustentáculo de toda sociedade lavrista, a arraia miúda, mais de 70% da população, gente trabalhando exaustivamente como operário, dando a vida no ofício da garimpagem. No exercício da mesma produziu modificações e transformações profundas na Chapada Diamantina, unindo-a de corpo e alma à figura deste povo sofrido. Este tomava o contato mais direto com o Sol das lavras, todavia ficando com pouco do seu calor de riqueza e pujança frente a voraz fome dos abutres do poder, monopolizando-a com preço caro de sangue, se fosse necessário. Muito interessante faz-se a descrição de (MORAES, 1984, p. 42-43):

Representando 70% da população, é a imensa massa humana trabalhadora e imprevidente, ambiciosa, inquieta, nômade e aventureira, mas quase sem ideal nenhum. É a gente garimpeira, ignorante e inculta - conquanto mais honesta, mais ousada e mais heróica do que qualquer outra espécie de trabalhador - que se embrenha pelas grupiarias, que desbrava as serras alcantiladas, que penetra nas noites eternas das grunas profundas e perigosas, que mergulha nos poços dos rios traiçoeiros e violentos do planalto, arriscando, a todo instante, a vida,

em holocausto à sorte que, se bamburra, desce loucamente à cidade para vendagem das gemas e, de posse da dinheirama que, talvez, nunca vira antes, se entrega imediatamente a todo tipo de ostentação e prazeres, nas casas de jogo, nos botequins, nos cabarés; adquire nas lojas todo tipo de mercadoria que se lhe apresentem - necessárias ou supérfluas - e, nesse diapasão, depois do esbanjamento, dentro de poucos dias retorna ao garimpo reduzido à mesma condição de pária, entre resignado e esperançoso de uma nova topada com a fortuna.

Esse modo de viver, peculiar ao garimpeiro, forma um ciclo quase permanente, o qual consome a vida de quase todos eles, na esperança de bamburrar, ou seja, de encontrar a pedra grande e preciosa que lhe dará momentos de alegria, farra e fartura de tudo. Além disso, percebe-se que o garimpeiro, na sapiência solitária do sofrimento da empreitada perigosa onde se faz a vida, sente-se quase obrigado nos momentos de extrema alegria, quando bamburra, de dividir esta abundância da sorte com os companheiros da extenuante existência, até como prorrogação da sua maravilhosa influência.

O genuíno garimpeiro é uma organização especial, de educação física e moral algo semelhante à dos marinheiros. [...] A diferença entre as duas classes está em que o marinheiro obra disciplinadamente, e o garimpeiro, por impulso, ambição, entusiasmo, ou valentia, transfigurando-se por vezes em mártir ou herói, é sempre o velho garimpeiro, o incorrigível sonhador das bandeiras e entradas de aventureiros, vivendo romanticamente, nutrido moralmente por um ideal de riquezas inexauríveis. (ROCHA, 1980, p.80).

Os primeiros garimpeiros foram os escravos negros, demonstrando mais uma vez a sua forte raiz na cultura baiana, inclusive na sertaneja, erguendo em Igatu a Igreja de São Sebastião, construída no século XIX, por volta de 1854, amostra da forte influência católica de quem mandava na região. Depois da sanção da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, foi abolida a escravidão, surgindo na garimpagem então o sistema de meia-praça. Consistia em um trabalho de parceria com o dono do garimpo, onde este fornecia um adiantamento em forma de feira, alimentação, saco para colocar cascalhos, óleo para o candeeiro, farinha, e outros, enquanto o garimpeiro não encontrava a esperada pedra. O dono do garimpo tinha, nos termos desta parceria, direito ao quinto e à preferência na compra dos diamantes, dando o primeiro preço e lucrando muito com isso, pois sempre dava um valor bem menor que o real para tirar uma maior margem de rendimentos.

O garimpo, através dos tempos, foi desenhando todas as características territoriais do espaço. Em todos os locais havia vestígios da procura do mineral precioso mais abundante nestas paragens, restando a pedra, pela reviravolta dos terrenos, e leitos de rios na busca do cascalho que acolchoava o diamante. Eram agrupadas aos montes, formando as chamadas montoeiras e que serviam de matéria-prima base para as construções, barragens, casas, tudo, em arranjo com a geografia local de lajedos e rochas gigantes, telhado de muitas tocas garimpeiras. Estas se espalharam em todos os lados que se olhava, no alto e pelos morros, no leito dos rios, nas grunas, meio que camufladas e escondidas, sendo reconhecidas basicamente por uma árvore de mangueira, cujos frutos alimentavam o garimpeiro. Uma paisagem à primeira vista natural, revelava em seu seio imensa comunidade, formigueiro humano, trabalhando dia e noite sem perceber a diferença entre ambos, no subterrâneo, desbravando diversos caminhos entre paisagens estonteantes ao ar livre e cavernas e poços incrustados no âmago da terra e talvez nunca pudessem ser deslumbrados. A culinária também teve, de suas criações com a palma e a

batata-da-serra, preparadas nos fogareiros das tocas da chapada, atualmente deliciosamente preparados, o cortadinho de palma e batata-da-serra, na cozinha da hospedaria Dona Lita, antiga moradora de Igatu.

Igatu, distrito de Andaraí, assim como toda a Chapada, teve no garimpo a sua grande força propulsora de desenvolvimento, traçando a sua cultura, história, política e economia e toda estrutura social narrada na memória e registrada na paisagem do lugar. Contudo, corre o risco de ter todo o seu conteúdo passado e resumido em mero roteiro turístico, superficial, se não elaborada intervenção estatal adequada no tocante às políticas de preservação e perpetuação do patrimônio histórico-cultural e ambiental na comunidade.

O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA E A PROIBIÇÃO DO GARIMPO

A partir da década de 1980, as dragas, máquinas similares aos grandes compressores de ar, começam a ser utilizadas na procura e extração de diamantes na Chapada. A técnica e logística trazidas pelas dragas se diferenciam drasticamente do centenário garimpo artesanal, sobretudo se comparado o potencial de destruição e desagregação do meio ambiente, tendo as dragas o poder de sugar e desmontar quaisquer obstáculos à sua empreitada: leitos, rochas, lagos, a própria serra sucumbiu ao feroz poderio destas máquinas, que transformavam qualquer coisa em cascalhos dentro de segundos.

Historicamente, pode-se dirimir três períodos [...] o do trabalho livre - *modus in rebus* - quase exclusivamente manual e rudimentar, e o iniciado com a introdução de máquinas [...] o da exploração e extração empresariais. Porém, como é normal, este não eliminou o segundo por inteiro, assim como a grande indústria capitalista não acabou inteiramente com o artesanato. (CATHARINO, 1986, p.49)

A Chapada toda sofre as drásticas conseqüências das dragas, fenômeno que não alcançou Igatu de tal forma, como explica (Nolasco, 2000, p.12), pois “as dragas não chegaram em Igatu. Os garimpos tradicionais fizeram da região uma área sem solos, com fraturas reabertas por limpeza do cascalho que o preenchia”. Assim, como primeira intervenção estatal, início da política de preservação do meio ambiente, em 17 de setembro de 1985, pelo Decreto Federal nº 91.655, é criado o PNCD - Parque Nacional da Chapada Diamantina, com a área de 152.000 hectares e perímetro de 110 quilômetros, abrangendo as cidades de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras e Ibicoara. Proibiu qualquer forma de extração mineral na área do parque, e as dragas foram proibidas totalmente em 1996 pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CRA - Centro de Recursos Ambientais e outros órgãos responsáveis, junto à polícia federal. Isto deixou praticamente o garimpo artesanal e as dragas no mesmo patamar de periculosidade e lesividade ao meio ambiente. Numa distinção categórica, vislumbramos que a alma do garimpo artesanal amalgama a Chapada Diamantina, em sua história, cultura e formação das belezas em mais de cem anos de trabalho artesanal, e as dragas quase colocaram a região das lavras em um só chão batido e empoeirado, destruído e peneirado, como uma imensa cratera sem vida.

Esta proibição veio da maneira mais clássica e célebre do Direito Penal, proibindo também o garimpo artesanal dogmaticamente sem considerar os que vivem do garimpo há muitos anos, utilizando para frear a tradição, o medo infligido por pena privativa de liberdade, mas sem preocupação com uma efetiva saída sustentável para questão.

Acontece que se analisarmos tanto etimologicamente, quanto historicamente, perceberemos que o garimpeiro sempre viveu sua vida absorta numa certa esfera de clandestinidade, pois esta atividade, por conta dos valores e da necessidade de monopolização do Estado, esteve por vários momentos proibida, o que nunca inibiu os garimpeiros. Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário coloca grimba como a parte mais alta, o topo. Garimpeiro (grimba + eiro), aquele que sobe, trepa, vai à cata de metais preciosos, sendo esta conotação com grimba, segundo José Martins Catharino, porque eram buscados nos picos e lugares encravados e escondidos, geralmente por causa da proibição desta atividade. Sobre esse traço garimpeiro fala com muita propriedade (GONÇALVES, 1984, p.19):

O garimpeiro manteve-se fiel do diamante. Desde os primeiros tempos, no Tijuco, ele já era o personagem maior desta história [...] Mas estas leis de opressão nunca deixaram de ser desafiadas por homens ambiciosos e corajosos, que se transformaram frequentemente em heróis populares. Muitos deles são lembrados como Isidoro, o mais famoso, e que morreu torturado sem revelar seus segredos. Destes tempos ficou a conotação inicial dada à palavra garimpeiro: contrabandista que procurava furtivamente diamantes nos distritos ora era proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço legal de mineração. Este garimpeiro, odiado e perseguido pela Coroa, era admirado pelo povo, vivia à margem da lei, desafiando as autoridades.

Aliando a esta faceta da cultura garimpeira, temos ainda o fato de nem o PNCD, nem o IBAMA, possuem recursos humanos suficientes para exercer a devida fiscalização de toda a área do parque. Dona D.O.S., de 65 anos, antiga moradora de Igatu, relata que "quando o negócio tá ruim a gente vai pra serra. Eles querendo ou não, é disso que a gente veve!"

Percebe-se, nada mais óbvio, que uma intervenção estatal sustentável necessitaria redirecionar economicamente a comunidade para uma atividade que perpetue a cultura garimpeira, havendo realmente efetivação da proibição do garimpo de uma forma conscientizada pela própria população. Como expõe Paulo Queiroz, que prega a necessidade de um Direito Penal orientado à prevenção de delitos - funcionalista, e não para retribuir por retribuir, precisando como condição sine qua non de compor os conflitos sob sua disciplina, de forma a superar as conseqüências do delito, sempre e quando possível fazê-lo.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E O TOMBAMENTO

Quando tratamos do conceito de cultura, partimos para um campo de imensas projeções e influências na identidade dos indivíduos humanos. A cultura se permeia de maneira peculiar em cada sociedade, sendo a sua representação e identidade, a forma como os indivíduos enxergam o mundo, traduzem suas informações em ideologias, moral, costumes, práticas exercidas e perpetuadas ao longo da existência. E sempre vai se transformando pelo movimento dinâmico do passar do tempo, construído no dia-a-dia, agregando novas descobertas, tendências e formas de entender a realidade que nos cerca. Neste contexto, conceitua cultura sob uma visão antropológica (PELTO, 1967, p.111-112):

[...] o que frequentemente, entendemos por cultura não vai além da herança social de um determinado grupo de individuo. A herança social não é uma coisa que se transmite intacta de geração para geração, como um móvel ou um cofre. Mas consiste nesta abstração complexa que daríamos forma como se não

fosse possível fazer a síntese de todas as idéias, categorias de significados e normas de comportamentos que os indivíduos de uma comunidade possuem. Cada nova geração discerne e transforma os sistemas ideológicos, os significados e as normas, nenhuma tradição social é fixa e nem invariável em uma sociedade. [tradução nossa]

Esta identidade cultural de cada povo, construída ao longo de sua história, constitui um rico patrimônio que tem sua sede na memória, e para que seja mantido é necessário sempre resgatar, preservar e perpetuar a memória do grupo em questão. Esse patrimônio não se limita apenas ao estático, estrutural, incluindo, outrossim, os contos, os temperos, os valores, as festas, os costumes. Nesse sentido, em Igatu, as ruínas, as trilhas dos garimpos, as histórias narradas de geração para geração, a comida de D. Lita, os trabalhos e obras de Amarildo, entre outros, constituem um valioso legado cultural do garimpo.

Como forma de preservar o patrimônio histórico-cultural brasileiro foi criado pelo Estado o instituto do tombamento, pertinente ao Direito Administrativo, instituído pelo Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que o normatizou na esfera federal, sendo este um dos instrumentos legais básicos do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O art. 4º deste Decreto-Lei determina a criação de quatro livros do Tombo, nos quais serão inscritos os bens sob a proteção da lei. São os: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Tombar é, portanto, consignar nestes livros que determinada propriedade, seja ela pública ou privada, móvel ou imóvel, foi considerada de interesse social. Considerado o bem de relevante importância na preservação da memória coletiva, submetesse a partir daí, a um regime peculiar que tem como fito protegê-lo contra destruição, abandono ou utilização inadequada. Depois da desapropriação, o tombamento é a mais séria restrição ao direito de propriedade, sendo considerado, por alguns, limitação e, para outros, servidão administrativa.

Estas medidas contribuem em muito para a manutenção do patrimônio histórico-cultural da comunidade, no sentido de garantir a manutenção do padrão arquitetônico tradicional da comunidade. Igatu foi tombada em 2000 pelo IPHAN, em todo seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, mas numa análise mais aprofundada da realidade vivida pela comunidade se pergunta: Será que somente com o tombamento existe a certeza da preservação e perpetuação cultural da comunidade? Com o tombamento se preservam os prédios, mas e o corolário desta cultura, ou seja, o povo? Sem a comunidade reproduzindo sua cultura, consegue-se mantê-la somente através dos seus bens concretos? Sobre esta preservação resume (BOLLE, 1984, p.14):

O que se procura preservar, [...], não são, em primeiro lugar, objetos ou artefatos, obras arquitetônicas ou urbanísticas, mas algo mais próximo da gente, uma memória corporal e fisionômica, uma memória da percepção, do jeito de olhar e de andar, das maneiras de comer, de despertar do sexo...Todas essas coisas naturalmente estão ligadas à percepção de um espaço. Lugares e objetos são evocados como sinais topográficos e vasos recipientes da história da sensibilidade e da formação de emoções.

Entende-se, neste diapasão, que a comunidade igatuense necessita de atividade alternativa ao garimpo, a trazer a estabilidade econômica, podendo assim perpetuar o seu legado cultural. Do contrário, a população da vila cada vez mais diminui por conta da opressão financeira que atinge a todos e a história dos antigos garimpeiros vai se perdendo com os antigos que vêm a falecer. Desponta em Igatu o turismo, contudo sem participar devidamente a comunidade nativa no processo de aproveitamento desta atividade.

A POLÍTICA COMPENSATÓRIA AO GARIMPO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de todo contexto explicitado acima, acerca do valor histórico-cultural do garimpeiro dentro da Chapada, da proibição do garimpo sem a devida discussão de saídas econômicas; da necessidade de complementação da preservação ambiental e histórico-cultural, por meio da conscientização da comunidade e da promoção de atividades econômicas que envolvam a sua cultura, faz-se urgente uma intervenção estatal mais elaborada na região.

O garimpo como atividade secular exercida na Chapada Diamantina, fincou raízes profundas na alma do lugar, do povo, da cultura chapadense, e sua mera proibição e coerção penal não garantem a efetividade da preservação buscada pelo PNCD. Tão pouco, o instituto do tombamento atingirá seu objetivo de preservação do patrimônio histórico - cultural, se a população nativa, corolário desse legado, não estiver viva para contar a história.

Dessa forma, unificadas as demandas que atingem este contexto, tanto do ponto de vista da preservação ambiental, histórico-cultural, e no desenvolvimento sustentável, a política compensatória ao garimpo pode ao mesmo tempo suprir todas elas. Assim, transformaria todo esse conhecido paradigma de descaso do Estado brasileiro, para um modelo de desenvolvimento sustentável, a ser multiplicado em diversos locais da Chapada, além de Igatu.

A Política Compensatória ao Garimpo consiste no investimento público ou privado, formado através de convênios e parcerias, no intuito de montar cooperativas populares compostas pelos membros nativos da comunidade, trabalhando com atributos pertencentes à sua cultura. No caso de Igatu, poder-se-ia trabalhar com artesanato, de peças e colares de semente de eucalipto, com a produção de licores que são comuns e deliciosos na região, culinária, com a arte em geral, produzindo peças e obras como esculturas, quadros, painéis, entre outros. Isso sem contar com o turismo, que chega fortíssimo à Chapada, tendo uma cooperativa popular total produtividade na gestão desta atividade, principalmente lidando com o seu patrimônio, engrandecendo-o a cada explicação ao visitante e este mergulhando profundamente na história e cultura local, em passeio turístico levado com a devida densidade.

Destarte, com o desenvolvimento dessas cooperativas, teriam estas a posse coletiva dos meios de produção (patrimônio cultural e turístico de Igatu), gestão democrática e repartição da receita entre os cooperadores por critérios aprovados em discussão e negociados entre todos. Assim, com o tempo, dedicação e obstinação, alcançariam resultados que trariam a autonomia, a geração de renda para toda a comunidade, pagando os investimentos realizados, se for o caso, e principalmente, através do trabalho, se conscientizando da importância da preservação ambiental e histórico-cultural, na sustentabilidade econômica da própria população nativa.

Superar-se-ia, assim, a forma de exploração das atividades turísticas pelas elites, tratando o local de identidade de um povo como mera mercadoria. A Política Compensatória ao Garimpo daria início a uma revolução local, que mudaria as relações entre os cooperados e sua família, vizinhos, autoridades públicas, e principalmente consigo mesmo, com o seu entendimento da importância do seu patrimônio e de sua história como a sua própria identidade, seu próprio corpo e alma.

REFERÊNCIAS

- CATHARINO, José Martins. Garimpo - GARIMPEIRO - garimpagem. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.
- MORAES, Walfrido. Jagunços e heróis, a civilização do Diamante nas lavras da Bahia.

- 4º ed. - Bahia: Empresa Gráfica da Bahia/IPAC, 1991.
- GONÇALVES, M. Saleti Petroni de Castro. Garimpo, devoção e festa em Lençóis, Ba. Escola do Folclore, Coleção Pesquisa, SP, 1984.
 - TELLES, Antonio A. Queiroz. Tombamento e seu regime jurídico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.
 - BOLLE. W. Cultura, patrimônio e preservação: Texto I. In: ARANTES, A.A. (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p.11-23.
 - NOLASCO. M.C. **Igatu – Museu vivo do garimpo.** Área de proteção do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Relatório final: projeto nº 0367991. Fundação O Boticário de proteção a natureza., Feira de Santana-Bahia, outubro, 2000.
 - PELTO. P.J. **El estudio de la antropologia.** Traducción al español por Antonio Garza y Garza. . México: UTENA, 1967.
 - ROCHA. Lindolfo. **Maria Dusá.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1980.
 - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br>
 - ANDRADE, Cyntia da Silva. “NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA”: Memória, Turismo e o Místico na paisagem de Xique-Xique de Igatu, Andaraí-BA Ilhéus (Ba): UESC/ UFBA, 2005. vi, 178 p.
 - QUEIROZ, Paulo. Para além da política do castigo. Artigo.UCSAL/UNIME, 2001.